

CATÓLICA LAW REVIEW

VOLUME II \ n.º 2 \ maio 2018

DOCTRINA

Paulo de Tarso Domingues

Professor Associado
Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Pedro Múrias

Consultor Principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros

Pedro Romano Martinez

Professor Catedrático
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Rui Pinto Duarte

Professor Catedrático Convidado
Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Tanmayi Sharma

LL.B. student
Jindal Global Law School

Vasiliki Fasoula

PhD researcher at Research Institute of Business Law
Université Paris II Panthéon-Assas

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

José Carlos Brandão Proença

Professor Associado
Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Victor Hugo Ventura

Assistente Convidado ISCAP, IPP.
Doutorando na Escola do Porto da Faculdade Direito da Universidade Católica Portuguesa

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Proprietário

Católica Research Centre for the Future of Law
Católica Law Review
VOLUME II \ n.º 2 \ maio 2018

Conselho de Direção

Rui Medeiros
Catarina Santos Botelho
Elsa Vaz de Sequeira
Gonçalo Almeida Ribeiro
Maria d'Oliveira Martins
Sofia Pais

Redação e Administração

Católica Research Centre for the Future of Law
Faculdade de Direito
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 21 721 41 78 | Fax. (351) 21 721 41 77
catolicallawreview.fd@ucp.pt | www.fd.lisboa.ucp.pt

Coordenação deste volume

Ana Taveira da Fonseca
Ana Afonso

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref.ª UID/DIR/04859/2013

© Universidade Católica Editora

Revisão Editorial	António Brás
Capa e conceção gráfica	Ana Luísa Bolsa 4 ELEMENTOS
Paginação	acentográfico
Impressão	Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.
Depósito Legal	420225/17
Data	maio 2018
Tiragem	300 exemplares
Periodicidade	quadrimestral
ISSN	2183-9336



Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

ÍNDICE

9 Nota da Direção

DOCTRINA

11 Administradores trabalhadores – Breves notas

Paulo de Tarso Domingues

Resumo: No presente artigo analisa-se se, no ordenamento jurídico português, é possível uma pessoa ter a qualidade de administrador e simultaneamente de trabalhador de uma mesma sociedade, concluindo-se pela resposta negativa. Conclui-se ainda que esta solução, prevista na lei para as sociedades anónimas, deve igualmente valer para as sociedades por quotas.

Palavras-chave: Administradores, trabalhadores, acumulação de funções.

Abstract: In this paper, it is analysed whether, under the Portuguese legal system, it is possible for a person to have simultaneously the status of director and worker in the same company, concluded by the negative answer. Furthermore, this solution, enshrined in the law for public companies, should also apply to private companies.

Keywords: Directors, workers, accumulation of functions.

25 Personal Value in the Analysis of Rights

Pedro Múrias

Abstract: This paper offers a partial analysis of the concept of claim-rights, in response to some traditional theories of claim-rights, namely interest theories and will theories. The main argument tries to establish that personal value is a notion thinner than those of interest and will that should replace them in analyses of claim-rights. A state of affairs has (positive) personal value if and only if there are reasons to favour it *for the sake of* some person or person-like entity. Personal value brings together interest and will. When either someone's interest or her will constitutes a reason to favour its content, it constitutes, in the most common cases, a reason to favour such content for that person's sake. Substituting personal value for interest and will is in accordance with some important substantive assumptions for morality and familiar legal systems, while it does not imply any of them. The final sections argue for a concept of personal value and, therefore,

of claim-rights that allows for valueless entities as right-holders, like some corporations and mindless robots.

Keywords: Claim-rights, interest, will, personal value.

Resumo: Este estudo faz uma análise parcial do conceito de direito-prensão, em resposta a algumas versões das tradicionais teorias do interesse e da vontade. Tenta mostrar-se que o conceito de valor pessoal é menos denso do que os de interesse e de vontade, devendo, também por isso, tomar o seu lugar nas teorias do direito subjetivo. Um estado de coisas tem valor pessoal (positivo) se e só se há razões para promover (ou, mais amplamente, «favorecer») esse estado de coisas *em atenção a, por mor de* ou, neste sentido, *por causa de* certa pessoa ou de certa entidade semelhante a uma pessoa. Quando o interesse ou a vontade de uma pessoa é uma razão para promover o seu conteúdo, isso é, nos casos mais comuns, uma razão para promover esse conteúdo por mor dessa pessoa, e o estado de coisas respetivo tem, portanto, valor pessoal. Usar o conceito de valor pessoal em lugar dos de interesse e de vontade condiz com importantes pressupostos morais e jurídicos, embora não implique nenhum deles. Os capítulos finais deste artigo defendem um conceito de valor pessoal e, portanto, de direito subjetivo compatível com a possibilidade de entidades não valiosas, como certas empresas ou alguns autómatos terem direitos subjetivos.

Palavras-chave: Direitos subjetivos, interesse, vontade, valor pessoal.

41 Ensaio sobre os Seguros de Responsabilidade Civil

Pedro Romano Martínez

Resumo: Como resulta do título, trata-se de um ensaio, pelo que se analisa em termos pragmáticos o âmbito dos seguros de responsabilidade civil, relacionando o regime do contrato de seguro com as regras civis da responsabilidade civil, em especial do seguro obrigatório que tem na ordem jurídica portuguesa um impacto muito significativo.

Palavras-chave: Responsabilidade civil, contrato de seguro, seguro obrigatório de responsabilidade civil.

Abstract: The scope of civil liability insurance is analysed in pragmatic terms, relating the insurance contract regime to the civil liability rules, in particular compulsory insurance.

Keywords: Civil liability, insurance contract, compulsory civil liability insurance.

73 Os Deveres dos Administradores das Sociedades Comerciais
Rui Pinto Duarte

Resumo: Os propósitos deste texto são apresentar um panorama dos deveres dos administradores das sociedades comerciais e discutir os conteúdos dos mais importantes desses deveres.

Palavras-chave: Sociedades comerciais, administradores, gestão, responsabilidade.

Abstract: The purposes of this paper are to present an overview of the duties of commercial companies directors and to discuss the contents of the most important of such duties.

Keywords: Companies, directors, management, liability.

99 Evidence in International Arbitration: Admissibility, Relevance and Differences between Common and Civil Law
Tanmayi Sharma

Abstract: Arbitration is a form of alternate dispute resolution, that takes place outside the court of law. Arbitral tribunals are usually not bound by domestic procedures for collection and evaluation of evidence. There exists a vacuum with respect to laws relating to evidence in International arbitration, making it imperative to examine the rules of evidentiary collection and examination in arbitral tribunals. This paper seeks to examine the procedure relating to the admissibility and relevance of evidence in international arbitration. Parallely, this paper will also examine the differences in procedure in Civil and Common law jurisdictions, the practical effect of these differences and the implications of the same.

Keywords: Alternate dispute resolution, international commercial arbitration, evidence, IBA rules.

Resumo: A arbitragem é uma forma de resolução alternativa de litígios. Os tribunais arbitrais não estão geralmente vinculados à observância de regras legais que versem sobre os meios de obtenção da prova e sobre o valor probatório dos diversos meios de prova. Em face do vazio legal no que respeita à prova na arbitragem internacional, analisam-se as regras que versam sobre os meios de obtenção e a valoração da prova nos tribunais arbitrais. Neste artigo, procura avaliar-se a admissibilidade e o valor da prova na arbitragem internacional. Paralelamente, procura estabelecer-se as diferenças existentes a nível procedimental nas jurisdições de *Civil* e *Common Law*, bem como assinalar o efeito prático e as implicações dessas mesmas diferenças.

Palavras-chave: Resolução alternativa de litígios, arbitragem comercial internacional, prova, Normas da IBA.

115 Global labour market for professional football players
and contract law**Vasiliki Fasoula**

Abstract: The multibillion industry of football offers a product that has a global market for supply and demand. Transnational federations have a private association status linking them and their members by private membership contracts. Their authority is to organise competitions and regulate the sport discipline. Their norms affect the employment interests of professional football players as laid down in their national employment contracts. The EU has made efforts to put these transnational norms under its internal market law control in order to respect the freedom of contract between individuals but also to protect the players that are the weaker party of the contract and safeguard the undistorted competition between clubs in the market. As the industry becomes more liberalized the need for a permanent social dialogue and monitoring of the financial fair play seems appropriate.

Keywords: Employment contracts, freedom of contract, collective agreements, free movement of workers, competition law, restrictive practices, football federations.

Resumo: A indústria multibilionária do futebol oferece um produto que possui um mercado global de oferta e de procura. As federações transnacionais constituem associações privadas a que os seus membros se ligam através de contratos privados de adesão. A estas federações são reconhecidos poderes para organizar competições e regular a disciplina desportiva. Uma vez que os contratos nacionais de trabalho refletem as referidas normas, estas afetam os interesses laborais dos jogadores profissionais de futebol. A UE tem desenvolvido esforços para colocar estas normas transnacionais sob o controlo do direito do mercado interno, para defender a liberdade contratual entre indivíduos, mas também para proteger os jogadores que são a parte mais fraca do contrato e evitar uma distorção da concorrência entre os clubes que integram o mercado europeu. À medida que se assiste a uma liberalização da indústria do futebol, aumenta a necessidade de promoção de um diálogo social permanente e de monitorização do *fair play* financeiro.

Palavras-chave: Contratos de trabalho, liberdade contratual, acordos coletivos, liberdade de circulação de trabalhadores, direito da concorrência, práticas restritivas, federações de futebol.

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

- 139 A relação advogado-cliente como relação de consumo –
comentário ao acórdão *Birutė Šiba v. Arūnas Devėnas*
do Tribunal de Justiça
José Carlos Brandão Proença \ Victor Hugo Ventura

Nota da Direção

O segundo número de 2018 da *Católica Law Review* permitiu consolidar o desafio de editar uma revista com artigos que resultam de uma *call for papers* e de um processo de *peer review*.

Neste número publicam-se seis excelentes artigos de Paulo de Tarso Domingues (Universidade do Porto); Pedro Múrias (CEJUR); Pedro Romano Martinez (Universidade de Lisboa); Rui Pinto Duarte (Católica-Lisboa); Tanmayi Sharma (Jindal Global Law School) e Vasiliki Fasoula (Université Paris II Panthéon-Assas).

No texto de Paulo de Tarso Domingues, recusa-se a possibilidade de, no ordenamento jurídico português, uma pessoa ter a qualidade de administrador e simultaneamente de trabalhador de uma mesma sociedade. Pedro Múrias procura demonstrar a importância do conceito de valor pessoal para as teorias do direito subjetivo. O artigo de Pedro Romano Martinez constitui um ensaio sobre os seguros de responsabilidade civil onde se relaciona o regime do contrato de seguro com as regras civis da responsabilidade civil. Rui Pinto Duarte versa sobre o conteúdo dos deveres dos administradores das sociedades comerciais.

A estes textos juntam-se as participações de Tanmayi Sharma e de Vasiliki Fasoula que se debruçam sobre temas atuais com grande relevância prática: a prova na arbitragem internacional e os desafios impostos aos contratos de trabalho dos jogadores de futebol profissionais pelo mercado laboral globalizado onde se inserem.

Inclui-se ainda um comentário de Brandão Proença (Católica-Porto) e Victor Hugo Ventura (ISCAP) ao acórdão do TJUE *Birutė Šiba v Arūnas Devėnas*.

No primeiro número desta Revista, identificou-se como desígnio a edificação de um fórum cosmopolita, a partir da Católica. Pensamos que a diversidade dos contributos que integram este número de direito privado constitui mais uma concretização dessa aspiração inicial.

Editorial Note

The 2018 second issue of *Católica Law Review* has permitted the consolidation of our major challenge: editing a Review with articles that result from a call for papers and a peer review process.

In the doctrinal part, this issue includes six magnificent texts by Paulo de Tarso Domingues (Universidade do Porto); Pedro Múrias (CEJUR); Pedro Romano Martinez (Universidade de Lisboa); Rui Pinto Duarte (Católica-Lisboa); Tanmayi Sharma (Jindal Global Law School) and Vasiliki Fasoula (Université Paris II Panthéon-Assas).

Paulo de Tarso Domingues' text rejects the possibility for a person to have simultaneously the status of director and worker in the same company. Pedro Múrias demonstrates the importance of personal value concept for the analyses of claim-rights. Pedro Romano Martinez' article constitutes an essay about civil liability insurance that associates the insurance contract regime to the civil liability rules. Rui Pinto Duarte's contribution deals with the duties contents of the directors of commercial companies.

These texts are joined by the contributions of Tanmayi Sharma and Vasiliki Fasoula, which focus on current questions of great practical relevance: international arbitration evidence and the challenges imposed to contract law by the globalized labor market of professional football players.

This issue also includes a commentary by Brandão Proença (Católica-Porto) and Victor Hugo Ventura (ISCAP) to the Judgment of the Court of Justice of the European Union *Birutė Šiba v Arūnas Devėnas*.

In the first issue, it was identified that this Review should have the ambition of being a cosmopolitan forum promoted by Católica School of Law. We believe that the diversity of the contributions that integrates this private law issue is another achievement of this initial aspiration.